

Reflexões para uma Política de Resgate do Atraso Social e Produtivo do Brasil na Década de 1990^(*)

Wilson Cano

A economia e a sociedade brasileiras atravessam sua mais profunda crise, que se iniciou na segunda metade da década de 1970. Neste longo transcurso, suas manifestações mais evidentes têm sido o aprofundamento do desequilíbrio fiscal e financeiro, da crise das dívidas interna e externa, da estagnação produtiva e do emprego industrial e da acentuada baixa da taxa de inversão (de 25% para cerca de 16%).

Deterioração salarial, desemprego e aumento do trabalho “informal” são contrapartes desse descenso real, que nos permite entender melhor a profunda deterioração sócio-política do país, que se explicita na degeneração dos costumes, no avanço do crime e da contravenção, na corrupção pública e na degradação da vida urbana e do meio ambiente.

Por outro lado, o conservadorismo e o autoritarismo da sociedade brasileira — notadamente de expressivos segmentos de suas elites — deram forte contribuição para a manutenção e agravamento desse quadro: de um lado, porque dirigiram a transição política da reabertura democrática de forma a “mudar para manter”; de outro, porque não possibilitaram o correto enfrentamento das questões estruturais — a miséria, a distribuição da renda, as reformas fiscal e financeira do Estado e a reforma da empresa —, contribuindo com isso para que a opinião pública aceitasse a falsa receita de paliativos de tipo conjunturalista, representados diariamente pelas atitudes do corte do gasto público, da alta da taxa de juros e da restrição monetária.

Os efeitos decorrentes da *crise da dívida externa* deterioraram as finanças públicas e rebaixaram o investimento governamental, o que ampliou a incerteza do setor privado, inibindo seus investimentos. Nossas dificuldades estão acrescidas ainda pelos efeitos originários das grandes transformações produtivas do final deste século (a Terceira Revolução Industrial).

Estes últimos, como veremos mais adiante, não se resumem a uma “mera” mudança tecnológica, apresentando na verdade um complexo conjunto de transformações (micro e macro) políticas, industriais, tecnológicas, econômicas, financeiras, organizacionais e de relações laborais.

À interação desses dois imensos enfrentamentos — a crise monetário-financeira e a reestruturação produtiva — sobre alguns Estados e sociedades nacionais, está se

(*) Este texto foi concluído em outubro de 1991.

sobrepondo uma das mais fortes visões ideológicas deste fim de século: a das políticas de corte neoliberal. Apresentando o *mercado* como salvação para a crise, prega a cartilha da liberalização comercial, das relações de trabalho, da acentuada contração do Welfare State e do afastamento do Estado — até mesmo do Estado apenas estruturante.

Esse poderoso manto ideológico, ao obscurecer a visão analítica que é preciso ter sobre aquelas duas grandes questões acima apontadas tem dado notável contribuição para uma série de atitudes políticas, tanto por parte de segmentos empresariais expressivos, quanto de grande parte da tecnocracia estatal e, ainda, de representações de “esquerda”, “centro” e “direita” — de políticos e de intelectuais. Tais atitudes, resumidamente, podem ser observadas acompanhando o discurso e as medidas de política econômica contemporâneos: são grandes suas contribuições para a “privatização em qualquer nível”, para a “rápida integração internacional”, para a “sancadora abertura da economia”, o “rápido ingresso de nosso país no Primeiro Mundo”, para, enfim, a *generalização* e o *conjunturalismo* da política econômica, sem medir as reais consequências de tais atos.

Este texto, parte integrante de um conjunto de reflexões sobre essas questões, tem como objetivo central apontar a “inviabilidade” do projeto neoliberal para países como o Brasil, se efetivamente temos em mira a construção de uma nação social e economicamente equilibrada e que possa, com soberania e discernimento próprios, traçar sua rota de longo prazo, não só para alcançarmos a Terceira Revolução Industrial, mas também e principalmente nos livrarmos do tenebroso manto de miséria social que cobre nossa sociedade.



Este texto se apresenta em três movimentos. No primeiro, nos socorreremos das lições da História, para lembrar nossa inserção nas primeira e segunda Revoluções Industriais e os problemas que para isso tivemos que enfrentar. No segundo, faremos algumas considerações em torno das dificuldades externas e internas que teremos de enfrentar, se quisermos, de fato, ingressar na Terceira Revolução Industrial. O terceiro movimento tentará mostrar que os desenhos das futuras políticas econômicas e sociais não poderão ter apenas as perspectivas “generalistas” e/ou “setorialistas” do passado e que, na verdade, deverão contemplar, necessariamente, um verdadeiro mosaico de diretrizes *específicas*, em obediência a estratégias decorrentes de uma rota geral almejada, que contemple, ainda, um certo consenso político da nação.

Por último, devo dizer que as linhas mestras deste texto foram esboçadas em dois trabalhos anteriores que escrevi entre agosto de 1989⁽¹⁾ e maio de 1990⁽²⁾.

(1) “Reestructuración internacional y repercusiones interregionales em los países subdesarrollados: reflexiones sobre el caso brasileño”. Seminário ILPE-ONU — Santiago, ago. 1989. In: LLORENS, F.A., MATTOS, C.A. e FUCHS, R.J. *Revolución tecnológica y reestructuración productiva*. Buenos Aires: Grupo Editorial Latinoamericano, 1990.

(2) “Uma alternativa não neoliberal para a economia brasileira na década de 1990”. Convênio IPT-Fecamp. (“São Paulo no limiar do século XXI”) — Documento nº 2.2.1., maio 1990.

1. A Industrialização e o Desenvolvimento do Capitalismo Retardatário no Brasil (1880-1980)

1.1. O engajamento do Brasil na Primeira Revolução Industrial

A Primeira Revolução Industrial amadureceu plenamente entre 1820 e 1830 na Inglaterra, centro hegemônico do capitalismo de então. A partir daí, a Inglaterra liberou suas exportações de capitais, de equipamentos e também a saída de emigrantes com aptidões técnicas.

Ainda que essas novas bases técnicas tenham sido relativamente simples, com tecnologia não muito complexa, baixa densidade de capital por trabalhador, baixa relação capital-produto e acesso fácil ao mercado internacional de equipamentos, esse implante industrial no Brasil se arrastou por mais cinquenta anos, somente se iniciando entre as décadas de 1870 e 1880 e consolidando-se entre as décadas de 1920 e 1930.

Que razões predominaram e determinaram esse longo período de quase um século de atraso? Em primeiro lugar, o longo período de nossa convivência com a escravidão e o fato de serem nossas elites extremamente conservadoras fizeram com que — salvo raríssimas exceções — não tivéssemos efetivas preocupações para com a industrialização e o progresso social. Por outro lado, também não tivemos condições de formar um Estado estruturante que se preocupasse minimamente com a industrialização e com uma política de engajamento no progresso internacional. Tivemos assim que continuar convivendo com uma sociedade eminentemente rural e, até 1888, predominantemente escravista.

Até meados da década de 1880, as transformações de nosso padrão de acumulação, embora importantes, foram pequenas, e praticamente tivemos de esperar o 13 de maio de 1888 para completar a total libertação dos escravos. No caso de São Paulo, a transição efetiva (e parcial) se antecipou um pouco, devido à resolução das elites cafeeiras sobre a “questão da mão-de-obra” e às pressões das classes médias urbanas, promovendo a transição do trabalho escravo para o livre na maior parte da frente de expansão cafeeira, em meados da década de 1880. É esse período que nos mostra de fato o próprio nascimento do capital industrial brasileiro, a partir de metamorfoses parciais do velho capital mercantil nacional, que conduziu o padrão de acumulação primário-exportador da economia nacional cafeeiro-escravista.

Em que pesem os relativamente baixos volumes de capitais requeridos para a implantação da indústria leve naquele momento, a fragilidade do capital nacional era notória. Fizemos, ao longo do período 1880-1930, apenas a implantação dos principais setores da indústria leve de bens de consumo não durável.

A maturação dessa indústria leve ao longo dos anos 20, a precipitação de duas crises de sobrecumulação produtiva — a cafeeira e a industrial —, a expansão das classes médias urbanas, notadamente no Rio de Janeiro e em São Paulo, a constituição de uma força trabalhadora urbana de dimensões nacionais modestas e as transformações ensejadas e impelidas pela modernização mundial que estava ocorrendo acumularam pressões no sentido do avanço da indústria e do capitalismo brasileiro.

É basicamente por isso que se assiste, no transcorrer da década de 1920, a uma série de movimentações sociais e políticas, como os movimentos operários, o surgimento de partidos políticos de esquerda, a Semana de Arte Moderna de 1922 e o tenentismo, que surge a partir de 1918 e que culminaria com a ruptura desse período de transição, com a Revolução de 1930. Computado todo esse transcurso, levamos cerca de cem anos para consolidar no Brasil a implantação da Primeira Revolução Industrial.

Entre 1930 e 1955 assistiríamos à transição para um novo padrão de acumulação, que daria início àquilo que apropriadamente pode ser chamado de processo de industrialização.

No primeiro período (1880-1930) a implantação da indústria — notadamente de bens de consumo leves — esteve completamente subordinada à economia primário-exportadora, que lhe determinava não só a demanda de bens de consumo, mas também a constituição do mercado de trabalho, a origem da maior parte dos seus capitais e recursos financeiros e, por último, a capacidade para importar a maior parte dos bens de produção que necessitava. O período pós-1930 que vai se estender até 1955 constituiria a ruptura parcial dessa rota, e a constituição de um processo de industrialização mais amplo, denominado *industrialização restringida*. Restringida, porque se presta na verdade à plena consolidação da indústria leve e a uma implantação limitada de algumas indústrias de bens intermediários e de bens de capital que formariam, no período, um ainda incipiente parque de bens de produção, não permitindo, ainda, a reprodução autodeterminada da indústria.

1.2. O engajamento da economia brasileira na Segunda Revolução Industrial

Embora esta segunda grande onda transformadora tivesse sido feita sob a hegemonia inglesa, foi, contudo, acompanhada da concorrência internacional das futuras grandes potências (Estados Unidos, Japão e Alemanha), secundadas por alguns outros países europeus. Esse processo iniciou-se ainda na primeira metade do século XIX, maturando entre as décadas de 1870 e 1890.

A constituição e maturação desse processo ao longo da segunda metade do século XIX provocaria radical transformação no processo de industrialização e suas características básicas passariam a ser: maior emprego da base científica com o desenvolvimento da física e da química; a inovação do motor a combustão, o uso da eletricidade, substituição do antigo padrão de livre concorrência com o surgimento da grande empresa, de trustes, cartéis e oligopólios; padrão tecnológico muito mais complexo; requisitos de grandes massas de capital e escalas produtivas maiores. Este novo padrão de industrialização constituiria também duas novas peças que se destacariam no cenário das principais economias líderes: o capital bancário e financeiro e o Estado estruturante, formulador e executor de políticas de industrialização na maioria desses países.

A inserção do Brasil na Segunda Revolução Industrial também demorou meio século, a partir da “crise de 1929”. Por outras razões, levamos outro meio século para consolidar sua implantação: iniciamo-la, entre 1933 e 1955, de forma restringida e incipiente, e de forma mais decisiva nos períodos 1956-62 e 1968-80, quando concluí-

mos a instalação dos setores produtores de bens de consumo durável, de bens intermediários e de capital.

É fato que a situação da economia internacional nos era mais favorável para o ingresso do capital estrangeiro após a segunda metade da década de 1950, porque os Estados Unidos já haviam resolvido os problemas da reconstrução japonesa e européia e já terminara a guerra da Coréia. Havia melhores condições externas para que capitais proviessem da Europa, do Japão ou dos Estados Unidos, para implantar subsidiárias para a instalação de plantas industriais, ou para financiá-las.

Por outro lado, a tecnologia que havia sido criada e desenvolvida para uma ampla produção de bens de consumo durável e de produção já estava maturada ao final da Segunda Guerra, sob a liderança dos Estados Unidos, que apresentaram notável expansão dessa produção na década de 1920 e entre fins dos anos 30 e começo dos anos 50.

Além de condições externas favoráveis, pôde o Brasil contar com melhores condições internas do que antes. A partir da década de 30 o Estado brasileiro foi se transformando num Estado estruturante, preocupando-se com o desenvolvimento do progresso industrial e material do país, formulando políticas setoriais de industrialização, um inteligente manejo da política econômica e institucionalizando a organização dos mercados de trabalho.

Contudo, o conservadorismo da maior parte de nossas elites e de nossa representação legislativa só permitiu tópicas e frágeis reformulações das bases sociais, administrativas, tributárias e financeiras do Estado, comprometendo a longo prazo a estabilidade monetária, fiscal e cambial da economia e ampliando os desequilíbrios sociais do país.

A participação do capital internacional na implantação e financiamento de vários projetos foi importante, assim como a presença do capital estatal o foi, tanto na constituição dos setores mais pesados da indústria (bens intermediários, notadamente química, siderurgia e metalurgia pesada), como na execução da infra-estrutura de energia, transportes e comunicações e na institucionalização do crédito de longo prazo, através da criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, em 1952. Ao capital nacional restou a continuidade da industrialização dos setores leves e uma relevante participação em alguns segmentos da indústria de bens de capital.

Entretanto, a sociedade permaneceria conservadora, malgrado a modernidade urbana e a parte do setor rural que caminhou para a modernização. A persistência das elites — notadamente daquelas mais vinculadas ao setor rural — em não permitir a reforma agrária e o atraso na modernização adequada do campo agravaram o êxodo rural para as cidades, potenciando o crescimento urbano, acelerado não só pela industrialização mas também por aquele êxodo, causado tanto pela manutenção do atraso quanto pela “modernização conservadora”.

A acelerada urbanização, precariamente planejada, tornou-se caótica. Isso e o descaso público para com a questão social fez piorar o péssimo grau de distribuição de renda até então praticado no país, agravando sobremodo a perversa crise social brasileira, que afeta tanto os não subordináveis ao capitalismo brasileiro quanto a maior parte dos incorporados nos mercados de trabalho.

Nosso engajamento na Segunda Revolução Industrial fez-se em dois momentos: o primeiro esforço de industrialização pesada, com o Plano de Metas, no quinquênio

1956-60; e, passada a crise de 1962-7, ingressaríamos em sua etapa culminante (a do “milagre brasileiro”), entre 1967 e 1974, que se estende — embora com uma desaceleração — até 1980. O governo autoritário, que tomara o país pelo golpe militar em 1964, proporcionara as reformas necessárias à continuidade do avanço material do capitalismo brasileiro: a reforma financeira, a tributária, a monetária e bancária e a das relações entre o capital e o trabalho, modernizando estas, mas também praticando a mais longa e uma das maiores quedas do salário real.

O Estado, fortemente estruturante, impôs as políticas econômicas necessárias ao avanço da industrialização e da modernização “conservadora” do agro, ainda ampliando consideravelmente nosso volume de comércio exterior, aproveitando-se do substancial aumento que ocorria, no período, no comércio internacional.

As excepcionais taxas de crescimento desfrutadas pelo governo autoritário, entre 1967 e 1974, induziriam seus dirigentes e sua tecnocracia à formulação do projeto Brasil-Potência, imaginando poder converter a economia brasileira numa das maiores potências econômicas mundiais. A impossibilidade de sustentação desse megalômano plano (que previa uma taxa de inversão — $1/Y$ — de cerca de 40%!) logo se mostrou, e a tentativa de correção de sua trajetória resultou no II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), que buscava aprofundar a industrialização pesada (principalmente infraestrutura, insumos básicos e bens de capital) procurando, com isto, criar graus de liberdade para tentar corrigir, tardiamente, os gravíssimos desequilíbrios cambiais e financeiros gerados pelo megalômano projeto.

Além do desequilíbrio externo, o país também não contava com financiamento interno compatível com a dimensão do plano. Ignoraram, assim, nossa estrutural fragilidade financeira de longo prazo, pública e privada. Esgotadas as fontes internas, apelou-se ao endividamento externo que, na verdade, já havia sido acionado entre 1970 e 1972, antes portanto da primeira crise do petróleo, em 1973. Foi a partir desta, quando se desnudou a fragilidade de nosso balanço de pagamentos, que se formulou a citada política do II PND.

O plano (com taxa de inversão ainda alta, de cerca de 27%) em grande parte fracassou: vários de seus empreendimentos não puderam seguir à frente, justamente pela insuficiência do financiamento, internamente insolúvel, e porque os arranjos políticos e institucionais entre o capital estatal, o privado nacional e o estrangeiro não poderiam, naquele momento, ser satisfatoriamente equacionados. A crise da dívida e a retomada da hegemonia norte-americana a partir de fins de 1978 mostrariam as imensas dificuldades que se colocavam aos países subdesenvolvidos mais industrializados para continuarem avançando na industrialização. É preciso entender que estávamos, na verdade, “pegando o último bonde” da Segunda Revolução Industrial; que a economia internacional estava mostrando, já na segunda metade da década de 1970, que aquele sistema industrial nascido no século XIX e amadurecido ao longo da década de 1960 chegara ao fim. Estava-se, portanto, diante do esgotamento do padrão de acumulação que se consolidou plenamente com o transplante do “sistema industrial americano” para a Europa e o Japão, entre 1950 e 1970.

Além disso, já no início da década de 1970, a economia internacional explicitaria sua latente crise monetária e financeira, limitando o acesso à Terceira Revolução

Industrial a um reduzido número de países. A culminância de nossa inserção na Segunda Revolução Industrial (1968-80) consistiu também no agravamento de nossa crise social, política, econômica, institucional e financeira, com o recrudescimento inflacionário. O substancial aumento e explicitação de conflitos políticos, sociais e econômicos entre Estado e sociedade faria com que esta reagisse mais decididamente, a partir do final dos anos 70, buscando o retorno à democracia, através de uma longa “transição democrática” que se estende por toda a década de 1980.

O Estado autoritário tentou retardar sua agonia, ampliando sobretudo a cooptação e a corrupção, “privatizando” e “cartorializando” o Estado, que passaria a defender incontáveis interesses privados, setoriais e regionais. O primeiro governo de transição — 1985-9 —, após o fracasso do Plano Cruzado, só fez aumentar ainda mais essa “cartorialização”, fragmentando sobretudo o Estado brasileiro.

A partir de 1979 a imposição da política norte-americana de elevadíssimas taxas de juros agravou nossas contas externas, inviabilizando o pagamento do serviço da dívida. O Estado autoritário facilitou o setor privado devedor, “estatizando” seus débitos externos, fazendo com que as obrigações privadas junto aos bancos internacionais, que representavam cerca de 3/4 da dívida externa brasileira, passassem a cerca de 1/4, estatizando, assim, a maior parte da dívida externa brasileira.

Essa dívida, ao ser estatizada, fez com que o Estado se convertesse no maior comprador de cambiais para fazer frente ao seu serviço financeiro, e para comprá-las, dada a impossibilidade de se fazer uma profunda reforma tributária, viu-se obrigado a se endividar internamente e a elevar cada vez mais a taxa de juros no mercado financeiro para poder colocar seus títulos.

A partir desse momento nascia a chamada “ciranda financeira”, com o circuito dívida externa-dívida interna-déficit público-emissão de títulos públicos-nova ampliação da dívida interna. Isso provocaria o descontrole inflacionário e o Brasil iniciaria a década de 1980 de forma melancólica, mergulhando em sua mais profunda crise econômica e social, e sendo obrigado a sofrer uma gama de dificuldades impostas pela crise financeira internacional, que ampliou sobretudo os problemas mais difíceis que se colocavam para nossa inserção na Terceira Revolução Industrial.

Resumidamente, para consolidarmos nossa inserção na Segunda Revolução Industrial também demoramos cerca de um século, entre seu advento nos países mais avançados (1870-90) e o momento em que completamos a instalação da indústria pesada no Brasil (1970-80).

2. O Difícil Engajamento da Economia Brasileira na Terceira Revolução Industrial

Como se viu, tivemos maiores dificuldades para o engajamento na Segunda Revolução Industrial do que na primeira, devido em grande parte às radicais alterações sofridas pelo processo de industrialização: grandes escalas de plantas, grandes massas de capital, complexidades tecnológicas, necessidade de maior uso de base científica, controles monopólicos e oligopólicos pelas grandes empresas etc. Como tentarei apontar a seguir, serão ainda maiores as dificuldades que teremos de enfrentar para nossa

inserção na Terceira Revolução Industrial. Procurarei apontá-las, através de um sumário exame dos principais constrangimentos externos e internos que afetam nossa economia.

2.1. Os principais constrangimentos externos

Em primeiro lugar, cabe lembrar que a grande expansão financeira internacional que ocorreu a partir do final da Segunda Guerra deu-se, sobretudo, sob o predomínio dos bancos privados internacionais, com crescente incapacidade de maior controle por seus Estados nacionais. Da mesma forma, o grande traslado de fluxos de capitais produtivos, direcionados principalmente dos Estados Unidos para a Europa (e uma pequena parte para o Japão), em seguida ao pós-guerra, e, a partir da segunda metade da década de 1950, dessas áreas para o mundo subdesenvolvido, também ocorreu sob a égide de grandes empresas privadas daqueles países, chamadas, nos anos 70, de multinacionais e hoje de transnacionais.

Conseqüentemente, o poder financeiro internacional, da produção, do controle tecnológico e do mercado, passou crescentemente a depender cada vez mais dessas empresas e bancos, diluindo e dificultando ainda mais o poder de negociação internacional dos países subdesenvolvidos. As grandes decisões sobre produção, comércio, transferência de tecnologia e financiamento sofreram assim forte deslocamento institucional, da órbita predominantemente pública para a predominantemente privada.

Contudo, isto não pode ser entendido como se tivesse ocorrido a “retirada do Estado”. Pelo contrário, ele teve forte presença como agente estruturante do desenvolvimento das economias centrais e dos NIC. A partir do agravamento da crise produtiva e financeira, e, notadamente, depois da tentativa de retomada da hegemonia americana, com Reagan, o eixo de comando do setor público pendeu mais para tentar o controle das políticas de ajuste macroeconômico, de cunho eminentemente monetário e fiscal, não abandonando de todo seu antigo papel estruturante.

Desse processo surgiram, com certa virulência, discursos e políticas de corte neoliberal. Tais políticas, aplicadas com diferentes intensidades nos principais países, influenciaram a reestruturação produtiva nos países centrais e tentaram suportar o desequilíbrio estrutural do sistema financeiro internacional.

Este novo padrão tecnológico teve seu nascimento remoto a partir de algumas invenções no campo da eletrônica, que surgem já durante a Segunda Guerra Mundial, notadamente nos Estados Unidos. Mas seria a partir dos anos 70 que tais avanços adquiririam o caráter de uma verdadeira revolução técnica, pelo extraordinário desenvolvimento da microeletrônica e da informática, lideradas pelo Japão e secundariamente pelos Estados Unidos e Alemanha.

Este avanço técnico, a que se acoplou o desenvolvimento da indústria química, de novos materiais e novos compostos e da biotecnologia, trouxe, em seu sentido mais amplo, grandes transformações institucionais (além das já apontadas), tornando mais difícil e penosa nossa possível inserção nesse novo padrão.

Entre as principais transformações institucionais está a das negociações para a constituição de *blocos de países*. Está já em marcha a constituição de uma Associação de

Livre Comércio entre os Estados Unidos, México e Canadá, além do projeto "Europa 92", que consolidaria o Mercado Comum Europeu e, ainda, a possível constituição de um bloco liderado pelo Japão e principais *NIC* asiáticos. Contudo, o recente e rápido desastre socialista no Leste europeu e na URSS alterou esta configuração e certamente retardará a plena unificação europeia.

Nesse sentido, a reunificação das duas Alemanhas (da Oriental e da Ocidental), já concretizada, certamente é uma dificuldade nova e complexa para a plena unificação do MCE, dado o grande poder político e econômico da Alemanha naquele bloco. Ainda assim, o que se pode notar é que a constituição desses blocos dificultaria sobremaneira as negociações externas brasileiras, habitualmente de cunho predominantemente bilateral.

Por exemplo, parte das exportações brasileiras para os Estados Unidos, similares às feitas pelo Canadá àquele país, poderão ser ameaçadas diante de uma efetiva política de redução do déficit americano⁽³⁾. Também nesse sentido, é no mínimo estranha a proposta recentemente apresentada pelo presidente Bush de liberalizar o comércio entre todos os países do continente americano, dada a extrema diversidade das estruturas econômicas não só entre os EUA e Canadá *vis-à-vis* a América Latina, mas também entre os próprios países latino-americanos.

Na verdade, a integração mais provável será a do Canadá e do México com os EUA, uma vez que, antes que iniciassem negociações, os EUA já participavam em cerca de 2/3 dos fluxos totais de comércio exterior em ambos. A chamada "Iniciativa das Américas" parece ser na verdade mais uma peça de retórica para tentar acalmar os ânimos latino-americanos do que uma proposta com sentido concreto.

O restante do mundo parece ter ficado marginalizado na constituição desses blocos: os países africanos, salvo os que institucionalmente têm vínculos favorecidos junto ao MCE; os latino-americanos, com exceção do México; e os asiáticos não ingressantes no restrito bloco do Japão. O restante do Leste europeu permanece ainda como grande incógnita, dadas a profundidade e complexidade dos requisitos para sua transformação política, social e principalmente econômica, e as grandes diferenças entre suas respectivas estruturas produtivas, sociais e políticas e as do MCE.

Concordamos com aqueles que pensam que parte do que ocorreu no Leste europeu e na União Soviética parece decorrer da rapidez com que se manifestou, nessa área, a crise de esgotamento do padrão de crescimento e das dificuldades para ingressarem na Terceira Revolução Industrial, haja vista que as estruturas industriais dos principais países do Leste europeu e da União Soviética, até o início dos anos 70, guardavam certa similitude com as estruturas industriais mais modernas dos fins da Segunda Revolução Industrial. Entretanto, as rápidas mudanças que se processariam no mundo nos últimos quinze a vinte anos, entre o início da década de 70 e fins da década de 80, ao que tudo indica cooperaram significativamente para o rápido desastre socialista, mostrando claramente a impossibilidade de os países socialistas ingressarem de forma plena na Terceira Revolução Industrial concomitantemente aos países líderes capitalistas. Isto

(3) Ver a respeito: REZENDE, Luis F. de L. *O acordo comercial EUA-Canadá e suas consequências para o Brasil*. IPEA, jun. 1989.

potenciou ainda mais a crise política que já permeava a discussão sobre o Leste europeu e a União Soviética ao longo do segundo pós-guerra (a questão das liberdades individuais e a do chamado centralismo político).

Pelo lado das *transformações técnicas*, há que ressaltar o fato de que o novo padrão tecnológico busca um aperfeiçoamento qualitativo dos produtos, maior simplificação, informatização e automação dos processos de produção, economia de energia na produção e substituição de matérias-primas convencionais por outras mais elaboradas, mais leves, mais caras e com maior base científica e tecnológica, promovendo também acentuada substituição de trabalho não qualificado por trabalho cada vez mais qualificado.

Evidentemente, o acesso a esses processos está dependendo de negociações internacionais que se tornam, a nosso juízo, cada vez mais difíceis, haja vista mais um traço fundamental dessa Terceira Revolução Industrial que é o da violenta *reconcentração de capital* ocorrida nos cinco últimos anos nos principais oligopólios de quase todos os setores produtivos dos países centrais.

Essa reconcentração supera largamente a que se deu ao longo do último quartel do século XIX, quando da constituição dos grandes trustes e cartéis internacionais da indústria pesada. Ela envolve fusões e compras e vendas de empresas ou parte de empresas, tornando as transnacionais de cada um dos principais segmentos oligopolizados cada vez mais concentradas, diminuindo acentuadamente seus graus de concorrência, que já eram baixos, amplificando seu poder financeiro, de mercado e de controle tecnológico. Por outro lado, cabe também considerar que tais negociações entre essas transnacionais, feitas no exterior, já estão se reproduzindo no Brasil, onde estamos assistindo de forma inteiramente passiva à realização de vários acordos dessa natureza e de atitudes que implicam verdadeira “reação passiva” de nossa parte⁽⁴⁾.

Por último, acrescenta-se o constrangimento do capital, na forma do fechamento dos financiamentos externos e da acentuada contração dos investimentos de risco provenientes dos países desenvolvidos para a maior parte dos países subdesenvolvidos devedores.

Ao mesmo tempo, os países líderes tentam nos impingir a chamada *abertura comercial, acordos sobre patentes e propriedade intelectual, abrandamento à regulação sobre investimentos externos* etc., sob pressão, inclusive, do acesso aos financiamentos oficiais (FMI, BID, BIRD).

(4) Por exemplo, a recente desativação de uma planta produtora de motores da Ford, no Brasil, substituindo a produção por outra originária de planta localizada no exterior; a recente transferência, de São Paulo para Miami, do centro de decisões latino-americanas da GM; o fechamento de planta produtora de tv (Philips) em São Paulo, substituindo suas exportações através de fábrica moderna no Oriente e, ainda, o recente ajuste feito pela Siemens, alterando suas plantas do Brasil e da Argentina, em busca de maiores economias de escala. Além destas, a imprensa especializada vem frequentemente noticiando efeitos locais (fechamento de linhas de produção, fusões, compra e venda de plantas etc.) provenientes daquelas decisões tomadas no exterior, pelas matrizes.

2.2. Os principais constrangimentos internos

Em primeiro lugar, e decorrente de nosso endividamento externo, nossa *fragilidade cambial* é transparente. O endividamento público interno desnudou a “fragilidade financeira” do Estado e esse processo também debilitou sua *ação estruturante*, não apenas pela forte redução do gasto e do investimento públicos, mas também pela completa ausência de políticas de desenvolvimento, pela ineficiente “reforma administrativa” em curso e pelo desmantelamento dos melhores quadros técnicos do funcionalismo público.

No que tange à questão dos *investimentos públicos*, nossos problemas estão hoje bastante aumentados, não apenas em face do desastre das finanças da administração central mas também da calamitosa situação financeira a que foram submetidas nossas principais *empresas estatais*. Ampliaram-se, os problemas, pelo fato de que a necessidade de recursos financeiros para reconstituir uma certa modernidade a estas empresas e a soma de recursos para saná-las financeiramente são de tal vulto, que somente num horizonte de médio a longo prazo seria possível solucionar ambos os problemas.

Sobre a questão da privatização, também imposta hoje pelo discurso neoliberal, cabe fazer a seguinte pergunta: privatizar o que, como e para quê?

Por exemplo, privatizar nossa siderurgia. Mas, a que setores privados vai interessar nossa siderurgia estatal? A menos que se façam negócios extremamente subsidiados⁽⁵⁾ para o setor privado, não é hora de o setor privado colocar “dinheiro bom” em setores que estão passando por transformações tão profundas no cenário internacional e que estão perdendo importância relativa frente a outros segmentos da moderna metalurgia das novas ligas.

Ainda no campo das dificuldades internas, cabe lembrar que parte de nossas elites, ainda não refeita do fracasso do “Brasil Potência” e do II PND, e “compulsória” e conservadoramente adaptada ao jogo da ciranda financeira pública e da usura fácil — onde esteve por mais de dez anos, ganhando no mercado financeiro mais do que produzindo bens e serviços —, se encontra hoje atônita, perplexa, diante da *ausência de um projeto nacional*. Correm, inclusive, o risco de se converterem meramente em elites mercantis e usurárias, caso venha a prevalecer uma regressão econômica, decorrente de uma anunciada liberalização da economia nacional, diminuindo seu grau de industrialização e remercantilizando-a.

Os dezesseis anos de queda na taxa de inversão (de 26% em 1974 para 15-16% em 1989) — notadamente do investimento público — promoveram acentuada deterioração na *infra-estrutura econômica e social*, área para a qual se exige um mínimo de recomposição e modernidade para apoio logístico a qualquer política de crescimento e de modernização.

Uma rápida visão sobre nossos principais *setores produtivos* nos colocaria também o seguinte conjunto de questões: parte de nossa *agropecuária* pode ainda ser

(5) Como o projeto de privatização da Usiminas, onde se permitiu o uso de Títulos da Dívida Agrária, pelo valor nominal de \$ 100 quando seu valor de mercado era de \$ 10!

considerada competitiva em nível internacional. Contudo, o rearranjo que está se processando na economia internacional nos coloca algumas questões temerárias que nos obrigam a repensar nossa competitividade, principalmente quanto aos produtos derivados da soja, do trigo o às carnes. Não há nem sombra de uma política para o setor produtor de suco de laranja, onde já somos o maior ofertante internacional, e para o qual a crise de superprodução já chegou, “de surpresa”.

O corte dos subsídios é outra questão delicada, pois ameaça de colapso a triticultura do extremo Sul do país. A indefinição de uma política séria e responsável para o álcool de cana-de-açúcar, por outro lado, põe em risco a economia do setor alcooleiro, complexo agroindustrial de grande peso na agricultura e na indústria nacional e importante poupador de divisas.

Por outro lado, a apressada forma com que se estão processando os Acordos de Integração com a Argentina — e a eventual formação do Mercosul — nos obriga a “acender o sinal amarelo (ou o vermelho em alguns casos)” sobre grande parte da agropecuária e agroindústria do Sul do país — notadamente no Rio Grande do Sul —, principalmente para o trigo, os derivados do leite, de carnes e de couros, aparentemente não competitivos frente à produção platina.

No que tange ao *setor industrial*, parte substancial dele ainda é relativamente competitiva. Nossa siderurgia, papel e celulose, metais não ferrosos e a petroquímica, por exemplo, ainda são competitivas. Contudo, embora nosso atraso tecnológico em termos de Terceira Revolução Industrial, seja em torno de quinze a vinte anos, há que deixar bem claro que a renovação de nossa indústria é extremamente difícil e complexa e seu atraso não deve ser entendido simplesmente como um atraso cronológico de quinze a vinte anos.

Se quantificarmos os recursos internos e externos necessários para a recomposição e modernização (da infra-estrutura e da indústria), concluiremos que ela só se efetivaria num horizonte muito maior do que de dez anos. Por exemplo, a modernização do setor têxtil e de confecções demandaria o equivalente a cerca de us\$ 10 bilhões; a da siderurgia, cerca de us\$ 15 bilhões; a modernização e a ampliação do setor de energia elétrica e de telefonia, cerca de us\$ 55 e 25 bilhões respectivamente; as obras para o saneamento básico, cerca de us\$ 35 bilhões. Enfim, poderíamos enumerar vários outros setores que só fariam crescer ainda mais este considerável montante de recursos financeiros. Se totalizarmos essas parcelas e confrontarmos seu montante com as necessidades de investimento, é fácil deduzir que eles demandariam, no mínimo, um escalonamento setorializado que exigiria um tempo cronológico de pelo menos quinze anos, e já o atraso não seria de quinze a vinte anos e sim de trinta a 35 anos.

Contudo, a recuperação do atraso não está apenas adstrita ao montante de recursos financeiros nacionais e internacionais. Nesse sentido, retomemos as questões básicas que foram acima colocadas e lembremos seus pontos fundamentais:

a) a grande reconcentração de capital recentemente efetuada pelas empresas transnacionais, que certamente nos dificultarão o acesso tecnológico e de mercado, e que, de hábito, exigem um grau de abertura e de liberdade ao capital internacional — e aos seus bens e serviços — muito maior por parte da economia brasileira. Frise-se que nossos países têm sido quase que meros espectadores frente aos efeitos nacionais decorrentes de algumas de suas decisões econômicas internacionais;

b) a questão das mudanças nas finanças internacionais, através dos bancos privados internacionais, que demandam penosas negociações e que mostram no presente um grau de desinteresse quase absoluto em financiar nosso desenvolvimento, mas graus bastante sensíveis de interesse em desnacionalizar boa parte do nosso sistema financeiro;

c) a constituição dos blocos: ainda que não venha realmente a proporcionar maiores dificuldades econômicas às negociações internacionais do Brasil, cabe lembrar entretanto que a simples formalização da constituição do mercado agregado entre Estados Unidos, Canadá e México de pronto já elimina a possibilidade de se pensar em uma mais ampla integração latino-americana.

Estas considerações devem servir de base para se repensar com seriedade, profundidade e rapidez a questão do desenho de cenários alternativos para nosso futuro próximo, que tentaremos discutir no tópico abaixo.

3. Trajetórias Possíveis para a Economia Brasileira no Próximo Decênio

A crise dos anos 80 produziu um verdadeiro impasse para a economia brasileira, que, se persistir, poderá causar o ressurgimento de um impasse político. Para sua superação não bastou o esforço que se fez pela redemocratização do país nem a transição conservadora vigente desde 1985. Nem bastará, neste momento, a explicitação de vontades políticas isoladas e localizadas em alguns poucos setores. *A sociedade brasileira tem que se reorganizar para repensar seu futuro e para enfrentar as dificuldades internacionais e nacionais apontadas no tópico anterior e derrubar o discurso ideológico e as receitas neoliberais que lhe tentam impor.*

Para discutir mais objetivamente sobre as possíveis trajetórias de nossa economia, utilizaremos dois vetores opostos. Um representaria uma trajetória neoliberal, como a parcialmente anunciada pelo atual governo [Collor — N.E.] — em discursos, normas e atos —, e seus prováveis desdobramentos em termos de limites de fracassos e sucessos. O discurso neoliberal doméstico promete engajar nossa economia e nossa sociedade no chamado Primeiro Mundo, modernizando suas estruturas. Para tanto, liberalizaria nosso comércio exterior, pensando com isso tornar a economia brasileira muito mais internacionalizada, competitiva e moderna do que é nos dias presentes, além de outras ações neoliberais sobre os mercados de trabalho, movimentação do capital internacional, privatização e ajuste macroeconômico. Outro cenário objetivaria reorganizar a economia nacional, restaurando a médio e longo prazo a competitividade de alguns de seus setores, preservando nossas atuais estruturas e capacidades produtivas e dando ênfase à área social.

Esta reflexão é necessária, dado que o “projeto” neoliberal geralmente implica a abertura abrupta e total da economia nacional às vicissitudes da economia internacional, com o que expô-la-ia, em frágeis condições de competitividade, ao confronto com economias que já ingressaram na Terceira Revolução Industrial, nas quais seus principais segmentos produtivos já amadureceram tecnologicamente.

Cabe ainda advertir que o projeto neoliberal poderá implicar destruição e desmantelamento de capacidade produtiva de vários segmentos da nossa economia, com

acentuado desemprego de parte da nossa força de trabalho, como nos mostra a história recente de alguns países que passaram por isso.

Assim sendo, optamos por um vetor oposto, a que denominamos Cenário Organizado Defensivo. Neste, parte da economia poderia ser reestruturada e modernizada, gradativa e prioritariamente, e a questão da abertura internacional seria cautelosamente negociada e programada, de modo a evitar o desatino da destruição improdutiva. Ele contempla, por isso, a ineludível necessidade de defender determinados segmentos, os quais — por serem recém-instalados ou porque detêm atraso técnico significativo e não têm a possibilidade de modernizar-se a curto e médio prazo — há que proteger temporariamente.

3.1. O cenário provável da política neoliberal

O discurso e a política neoliberal poderiam ser resumidos nos seguintes pontos:

1) insistem na inevitabilidade de se fazer um forte ajuste ortodoxo macroeconômico na economia nacional, para eliminação do déficit público, o enxugamento do Estado e um acordo com os credores internacionais, referendados naturalmente pelos dois “pilares” do capitalismo internacional, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial;

2) pregam a liberalização e “flexibilização” das relações trabalho-capital, acabando portanto com alguns “privilégios” ou com a política salarial até então determinada pelos Estados nacionais;

3) postulam a rápida liberalização de nosso comércio exterior, notadamente de nossas importações, para que as estruturas produtivas internas possam competir “livremente” no mercado internacional com as dos países mais avançados;

4) afirmam ser possível tornar a economia nacional moderna, em prazo não longo, com o que passaríamos também a integrar o chamado Primeiro Mundo;

5) acrescentam, ainda, a privatização, como parte do enxugamento do Estado, devendo este se restringir ao mínimo indispensável ao funcionamento da sociedade capitalista, desfazendo-se de suas empresas produtivas e reduzindo a regulação sobre a economia.

Vejamos isso sob um ponto de vista crítico. A liberalização imediata das importações e o acordo sobre pagamento da dívida implicam a necessidade de um ajuste muito forte que possibilite a manutenção de saldos comerciais extremamente altos, dado que nossas importações teriam que crescer muito, não só para atender ao consumo de bens importados, mas também para bens de produção importados, caso realmente se promovesse a modernização de estruturas produtivas que acresceriam ainda mais os gastos com importação de novas tecnologias.

Contudo, as análises responsáveis sobre nossas contas externas dos últimos quinze anos mostram que a tentativa de continuar pagando a dívida com amortizações e com juros, embora mantendo níveis fortemente reduzidos de importações, foi infrutífera e resultou em sucessivos e estrondosos déficits do balanço de transações correntes. Vale dizer, portanto, que a estratégia neoliberal é inconsistente com a tentativa de se

manterem, concomitantemente, o pagamento da dívida e a manutenção de um alto fluxo de bens e serviços importados.

Não é ocioso lembrar o enorme grau de concentração pessoal da renda e o número de consumidores de altas rendas que o país já tem, para se perceber que as quantidades importadas de bens de consumo — se realmente se pretendesse enfrentar os preços e a concorrência interna com importações — elevariam de tal modo a necessidade de divisas que isso, além de inviabilizar essa receita neoliberal, causaria, ao país severa crise cambial⁽⁶⁾!

As dificuldades de concorrência e de acesso à tecnologia se manteriam e correríamos o risco de fazer um ajuste ainda mais severo sobre a economia nacional, de termos a crise ainda mais alongada, e de sofrer a ameaça muito séria de ingressarmos, caricaturalmente, na chamada Via Chilena. Esta, como se sabe, é uma via dolorosa, em que se desmantelam setores produtivos internos, e a vitória do neoliberalismo significaria, na verdade, a modernização de alguns poucos segmentos produtivos, provavelmente mais do interesse do capital internacional do que da economia do país. Isto, entretanto, à custa de graves problemas, nos conduziria a um renascer do autoritarismo. O conhecido “Fascismo de Mercado”.

É necessário dizer, contudo, que o total de rendas correntes do Estado, no Chile — ao contrário do que diz o discurso neoliberal —, aumentou, de 35,4% do PIB, no período 1977-79, para 38,2% em 1988, graças, fundamentalmente, à receita parafiscal imposta ao cobre (que se mantém estatizado...). Convém lembrar que no Brasil aquelas cifras situam-se hoje em torno de 21%! Lembremos ainda que o ajuste chileno esterilizou recursos públicos equivalentes a 8% do PIB, efetuando ainda drásticos cortes nos gastos sociais. As cifras da CEPAL e do FMI mostram que, enquanto os gastos sociais do governo chileno caíam de 100 por habitante, em 1980, para 58 na Educação, 78 na Saúde e 70 no Seguro Social e Habitação, em 1988, os gastos para pagamento de juros saltavam para o índice 1.707!

Ainda que nossa restrição fiscal constitua forte constrangimento à retomada do gasto público e ao combate à inflação, ela, contudo, não seria a principal inviabilizadora da trajetória neoliberal. Acima dela, repito, as restrições cambiais é que constituem o principal fator restritivo ao “sucesso” neoliberal: seriam elas que imporiam um teto limitativo muito baixo para a retomada do crescimento com modernização. É quase ocioso dizer que a restrição fiscal agravaria ainda mais a crise social que sofreremos hoje⁽⁷⁾.

No que se refere ao “exemplo” do México ao qual nos tentam induzir, advertimos que este requer um exame mais responsável. Seu forte ajuste, a abrupta abertura da economia e o “pacto social”, após o crítico período 1983-7, dão a impressão de que,

(6) Como aliás, também ocorreu em 1946-7 quando da tentativa liberalizante de importações, que resultou, basicamente, em grandes importações de supérfluos.

(7) Elaboramos os dois cenários alternativos, onde foram estimados esses limites de crescimento bem como a severa crise pela qual efetivamente passa a economia, em 1990 e 1991, com alto risco de continuidade em 1992, na já citada (nota 2) pesquisa, no documento 2.2.4, “Trajetórias econômicas e demográficas para a década de 1990”, de CANO, W. e PACHECO, C.A.

tendo em vista o crescimento de sua renda entre 1987 e 1990 e o controle da inflação, teria sido encontrada a “boa” e duradoura solução.

Entretanto, sua abrupta e radical abertura não obteve (e nem pediu) qualquer reciprocidade dos EUA: sua tarifa média de importações foi rebaixada de 22,7% para apenas 11%, enquanto o GATT sugere o nível de 20%; sua tarifa individual de emergência baixa para 20%, enquanto o GATT dá o teto de 50%. Sua tarifa média ponderada para a agropecuária é hoje de apenas 2,1%, enquanto a dos EUA é de 8,2%; ao mesmo tempo, este último continua cobrando tarifas superiores a 20% para suas importações mexicanas de verduras...

A rápida abertura mexicana fez com que suas exportações totais passassem de us\$ 20,6 para us\$ 26,8 bilhões (55% dos quais em manufaturados) entre 1987 e 1990, mas suas importações subiram ainda mais, de us\$ 12,2 para us\$ 29,7 bilhões, com destaque para as de bens de consumo, que aumentam de us\$ 0,8 bilhão para us\$ 4,5 bilhões. Por outro lado, dado que em 1989 os Estados Unidos já participavam com 69% das exportações mexicanas (54% em 1980), é de se perguntar qual o sentido mais relevante do Tratado de Livre Comércio proposto ao México: elevação dos níveis comerciais ou livre acesso dos EUA ao petróleo e aos bancos mexicanos e maior “segurança” ao comércio de serviços e à propriedade intelectual⁽⁸⁾?

Por último, note-se que o México não possuía (ao contrário do Brasil) um grande parque industrial de bens de capital, com menor risco, portanto, para um desmantelamento fabril; mas para a agropecuária — notadamente de grãos — a abertura e a política neoliberal não só causaram a desaceleração de sua produção, como também fizeram com que suas exportações diminuíssem e as importações aumentassem.

Os resultados “práticos” do modelo mexicano podem também ser vistos pelas constantes greves, a despeito do pacto social, pela queda real do salário mínimo em 50% (e do médio em 26%), e pela queda da renda por habitante (-8,4%) acumulada entre 1981 e 1990.

Os dados da CEPAL e do FMI, também no caso mexicano, são inequívocos: entre 1980 e 1989 as receitas públicas correntes saltam de 21,9% para 25,7% do PIB, decorrentes de impostos adicionais indiretos sobre o petróleo (que também ali permanece estatizado...) e sobre outros bens, em iguais partes; seus gastos públicos totais crescem de 28,4% para 31,1%, enquanto os sociais se reduzem de 100 em 1980 para 70 em 1988, ao mesmo tempo em que os pagamentos de juros sobem de 100 para 867! Não é demais lembrar que esse duro ajuste não terminou com o déficit público, que passa de 6,5% do PIB em 1980 para 9,2% em 1988 e 5,4% em 1989, financiado por capital forâneo e tão alto como os déficits do Peru e da Argentina.

A adoção de tais “modelos” agudizaria ainda mais, a curto prazo, nossa questão social, a qual seguramente se tornaria ainda mais grave a longo prazo. Isso porque —

(8) Estas considerações estão explicitadas no Informe para la Comisión de Comercio de la Cámara de Diputados, de URDIALES, Emilio C. (Coord.). “El Tratado de Libre Comercio Mexico-Estados Unidos-Canada”, vol. 1. México: UNAM-Facultad de Economía, 1991. Ver também: HUERTA G., Arturo. “La apertura externa y la integración económica con Estados Unidos”. *El Financiero*, México, 15/4/1991, p. 66.

embora estejamos em plena transição demográfica com sensível diminuição das taxas de fecundidade e natalidade — a passagem da última década deste século para a seguinte mostrará que, embora o número absoluto de nossas crianças não mude ou até mesmo diminua, nosso mercado de trabalho, estará sensivelmente acrescido em cerca de 25 milhões de adultos postulantes a postos ocupacionais urbanos⁽⁹⁾.

Por outro lado, no curto prazo, uma abertura abrupta causaria a destruição de alguns setores produtivos (notadamente pequenas e médias empresas), liquidando muitos postos de trabalho. Ao mesmo tempo, uma modernização acelerada poderia causar a rápida substituição de trabalho pouco qualificado por trabalho mais qualificado. Esta questão, portanto, tal como já ocorreu no Japão, na Europa Ocidental e nos Estados Unidos (nos dois últimos com duplicação da taxa de desemprego aberto), agravaria sumamente os problemas sociais do Brasil⁽¹⁰⁾.

Considere-se ainda que o ingresso de alguns investimentos internacionais, pelas transnacionais — seja através de criação de filiais ou de compras de empresas nacionais — poderia também agravar a desnacionalização da economia nacional, diminuindo ainda mais nossos incipientes graus de liberdade econômica e de soberania tecnológica.

Mais um comentário ainda deve ser feito em relação ao receituário neoliberal da privatização. Esta implicaria, pelo menos, os seguintes problemas: em primeiro lugar, a recorrente “solução” privada, em que o Estado assume o passivo (financeiro e trabalhista) das empresas estatais privatizadas e isso, ao contrário do que diz o discurso neoliberal, só tende a agravar o déficit público; em segundo lugar, o novo controle (privado) sobre as ex-estatais fará uma reestruturação dessas empresas, aumentando sobremodo a dispensa de parte de seus trabalhadores, agravando a curto prazo o desemprego; em terceiro lugar, cabe recolocar uma questão que já fizemos na primeira parte deste texto, que é a de perguntar para que o setor privado (nacional ou internacional) se interessaria em adquirir empresas estatais velhas e empresas de setores menos dinâmicos, diante da perspectiva da Terceira Revolução Industrial, salvo quando as receba de graça, ou quase; em quarto lugar, cabe lembrar que o setor privado só pode operar com preços realistas, de mercado, e isto se constituiria em mais um problema sério para as políticas de estabilização e de “competitividade” (abertura).

O interesse privado, contudo, pode surgir, sempre que o preço de aquisição seja muito baixo e que haja a possibilidade de exportar parte do produto de uma planta, com o que aumenta a inserção financeira internacional para esses capitais privados. Os setores altamente consumidores de energia e altamente poluidores, embora possam não ser mais tão dinâmicos como no passado, terão ainda, por muito tempo, uma brecha nas importações dos países desenvolvidos. Este é o caso, por exemplo, de nossa siderurgia produtora de aço comum, produto que já vem sofrendo acentuada inflexão em sua demanda internacional pois está sendo substituído por aços especiais e modernas ligas

(9) Ver texto citado na nota 7.

(10) Não é ocioso lembrar que a própria Escola Superior de Guerra se preocupa com a atual crise social brasileira. Em estudo recente (“Estrutura do poder nacional para o ano 2001”), estima o contingente de “marginais, malfeitores e assassinos”, no ano 2000, como de efetivo semelhante ao do atual Exército. Cf. *Isto É Senhor*, nº 1144, 28/8/1991, p. 46.

especiais — mais caras e cuja tecnologia e processo produtivo estão se desenvolvendo nos países mais avançados e não na periferia internacional.

Essas questões, que resultam em maior dispensa de trabalhadores e em graus mais avançados de desnacionalização e de destruição de empresas nacionais, causariam, por isso mesmo, acentuada diminuição de apoio político ao governo, tanto por parte das elites nacionais, quanto da classe trabalhadora; a diminuição desse apoio, que poderia ser agravada por parcela do Congresso Nacional e das próprias Forças Armadas, aumenta ainda mais não só o risco da sustentação política do projeto neoliberal, como do próprio governo e da democracia.

O atual governo [Collor — N.E.], ao fracassar na busca da estabilização, tem perdido o apoio político tanto em setores progressistas da sociedade, quanto em setores liberais, pois seu “projeto” não agrada a ambos. É portanto difícil imaginar que o “fôlego” do modelo neoliberal se mantenha por todo o tempo, sobretudo porque a economia nacional está aprofundando sua trajetória recessiva.

A possibilidade de o governo tentar continuar se sustentando em “nova” trajetória econômica, derivada do próprio modelo neoliberal, levar-nos-ia inexoravelmente à depressão, com a destruição de vários segmentos da produção nacional e com elevadíssima taxa de desocupação aberta. Isto, evidentemente, poderia conduzir-nos a um retorno, fortalecido, de um regime autoritário.

Se entendemos que o modelo neoliberal não tem condições de se sustentar dentro da democracia e das condições vigentes dos parâmetros externos e internos da economia nacional, e se, ao contrário do seu discurso ideológico, agrava a questão social do país, temos que repensar essa trajetória e propor outra. Esta alternativa representa o segundo vetor deste texto, a de se propugnar pela constituição de um cenário “organizado-defensivo”.

3.2. O cenário organizado-defensivo

Em que consistiria um cenário desse tipo? Primeiro, o termo *organizado* se refere ao fato de que, ao contrário do que propõe o discurso neoliberal, urge fazer o desenho de uma política econômica e de uma política social que exijam não um simples enxugamento do Estado e sua desregulamentação, mas, sobretudo, uma profunda reformulação do Estado, retomando seu poder estruturante.

Isto, contudo, exige o apoio dos diferentes setores da sociedade, consubstanciado num *Pacto Político Geral*. Este, todavia, terá de compreender também *Pactos Específicos e Regionais*, que tenham a capacidade de administrar e superar seus interesses e conflitos e que não entrem em contradição com o geral.

Defensivo porque não há como abrir de maneira liberal nosso comércio exterior e escancarar nossas estruturas produtivas à concorrência internacional. A maioria de nossas empresas — viciadas por um conformismo, por uma política de décadas de subsídios e de favoritismos do Estado — poucas chances teria para sobreviver. Contudo, nosso cenário organizado e defensivo não envolve apenas a simples defesa dos interesses privados nos setores produtivos. Não uma defesa passiva, como se fez no passado, à custa de uma sobrevida com tarifas externas altas e tarifas públicas baixas.

Desde logo, há que explicitar também que nosso cenário organizado-defensivo em hipótese alguma defende uma posição econômica autárquica para o país. Pelo contrário, propõe uma abertura gradual e programada, que busque uma complementaridade internacional, e que seja regida pela predominância dos interesses da Nação e não de interesses de alguns grupos — setoriais e/ou regionais sem projeto comum ou com projetos contraditórios —, de segmentos internacionalizados ou, simplesmente, decorrente do discurso ideológico neoliberal.

Dito de outra forma, este cenário exige uma política econômica planejada e negociada através da qual se possa modernizar e expor à competitividade internacional apenas determinados segmentos produtivos, mas que, no caso de alguns, os obrigue a uma modernização paulatina, escalonada no tempo até que se possa torná-los mais competitivos. Para outros segmentos em que não teremos condições de competitividade internacional a médio prazo, mas que no plano interno sejam setores estratégicos para a produção e/ou para nossa política social, há que dar-lhes a devida e controlada proteção, ao mesmo tempo em que se deverá programar sua reestruturação.

Ainda que vários segmentos produtivos do país — ou pelo menos as principais empresas desses segmentos — já estejam articulados modernamente com a economia internacional, como por exemplo parte dos complexos agroindustriais, deve-se insistir em que isso não significa qualquer articulação global. Não há nem sombra de uma estratégia com dimensão para o todo da economia nacional.

Há que se ter clareza, nesse sentido, de que a necessidade de se preservar o máximo possível da capacidade produtiva nacional, do emprego e da soberania nacional exige a presença de um Estado estruturante, que coloque estas questões na agenda pública e faça a mediação dos interesses sociais mais relevantes. A complexa formulação e execução de uma estratégia de concomitante sobrevivência e reestruturação da economia e da sociedade nacional não nascerá exclusivamente dos interesses privados.

É preciso entender ainda que, na tarefa de reestruturação defensiva, é necessário conjugar amplos segmentos da economia nacional. Sejam as pequenas e médias indústrias, ameaçadas pela concorrência intempestiva de importações liberalizáveis, seja parte da produção da Zona Franca de Manaus, ameaçada por modificações bruscas também na Lei de Informática, seja a indústria nacional desconcentrada do Nordeste, igualmente ameaçada pela abertura, os próprios fabricantes de “carroças” (os veículos brasileiros, assim chamados por Collor), e outros.

Temos de deixar bem claro também que esse esforço de articulação, implícito na elaboração do cenário organizado-defensivo, não é apenas de cunho econômico, produtivo e empresarial. Ele precisa ser solidamente acompanhado da defesa dos interesses da população pela busca da solução da crise social brasileira, através da produção melhorada para o mercado de massas, da efetiva distribuição da justiça social e da consolidação dos direitos da cidadania. Só assim ter-se-á condições democráticas para a tessitura de amplo e necessário acordo político-nacional.

É bom repetir, assim, que uma alternativa organizada e defensiva terá necessariamente de assentar-se em três pilares: o do entendimento *global*, o dos acordos *regionais-setoriais* e o da concertação entre *pequenas, médias e grandes* empresas.

Para se reorganizar nossa economia mas, ao mesmo tempo, também fazer uma reforma social que extirpe grande parte de nossa miséria e crise social, são necessárias profundas e corajosas reformas, assim como se requer uma nova forma no desenho e na execução da Política Econômica e da Política Social. Nas linhas subsequentes tentaremos enunciar, resumidamente, os contornos gerais destas duas questões.

3.2.1. As principais reformas requeridas

É necessário entender, de início, que a profunda deterioração do aparelho do Estado e de suas finanças, o desequilíbrio estrutural do setor externo e a ameaça de um processo hiperinflacionário exigem um conjunto articulado de reformas estruturais que possam atuar, *concomitantemente*, sobre aqueles profundos e complexos desequilíbrios.

Começemos pela *reforma da dívida externa*. De um lado, já conhecemos, nos últimos cinco anos, uma inflexão nas taxas de crescimento de nossas exportações e o futuro próximo nos dá muito mais incertezas, tendo em vista as rupturas nas tendências internacionais e a política norte-americana de diminuição do saldo negativo de sua balança comercial. O acesso ao Mercosul não nos traria qualquer solução mais significativa e a “Iniciativa das Américas” é algo longínquo e imponderável.

Por outro lado, o já presente aumento de nossas importações, decorrente do aumento de bens de consumo forâncos ditado pela inconsequente abertura, e o aumento que decorreria de importações de equipamentos e de tecnologia necessárias à modernização do parque produtivo reduzem o saldo comercial, estrangulando a possibilidade de se atender algo mais do que um modesto serviço da dívida externa.

Além dessa dimensão — a da capacidade de importar e de pagar em divisas —, não se pode deixar de lembrar que, caso não se tornarem mínimos os pagamentos ao serviço da dívida, as pressões sobre o déficit público continuariam anulando os esforços internos que se fizessem para sanear-lo.

A seguinte meta é a da *reforma da dívida pública interna*, que deverá perseguir pelos menos dois objetivos de curto e médio prazo: o desafogo do déficit público e a diminuição das pressões que exerce no mercado financeiro, sobre as taxas de juros. O enfrentamento deste problema requer muito mais do que simples técnicas, dada a inequívoca necessidade de equacioná-lo, transformando-o, de problema diário e de curto prazo, num serviço de longo prazo, derivado de objetivos permanentes.

Faz parte desse conjunto de requisitos, uma *reforma tributária e fiscal*, que atenda não só aos problemas imediatos do setor público, mas que, ao mesmo tempo, recupere o investimento público — com forte direcionamento social — e possa servir de parâmetro balizador da política de crescimento. Tal reforma deverá, ainda, proceder a um reexame dos novos marcos constitucionais promulgados em 1988 e/ou da distribuição dos encargos públicos entre as três esferas hierárquicas do Poder Executivo.

Uma reforma do Estado que objetivasse seu gradual enxugamento e agilização para que pudesse voltar a ser estruturante provocaria menores resistências políticas do que a do modelo neoliberal. O grave desequilíbrio financeiro do governo e sua própria desarticulação interna criaram até o absurdo de que várias de suas partes — não só

empresas estatais, mas também outras instituições públicas — são devedoras entre si. É óbvio que a solução para essa anomalia deve ser buscada preferencialmente através de consolidação interna, na medida do possível.

O planejamento, cujos tímidos passos morreram na segunda metade da década de 1970, necessita ser retomado, claro que tendo como base prévia a “arrumação (pelo menos) parcial da casa” e, fundamentalmente, uma estratégia sócio-econômica que possa repor o país na senda do crescimento. O planejamento, ao contrário do que ocorreu no passado, terá que tratar da difícil *priorização* entre as necessidades produtivas e as sociais, pelo que terá de transformar-se numa agenda ativa de negociação permanente e de propósitos múltiplos: resgate da dívida social, saneamento financeiro, reestruturação produtiva, políticas de preços e de comércio exterior pactadas.

O enxugamento do Estado deve obedecer a objetivos claros de política econômica: não apenas à diminuição do déficit público, nem, muito menos, aos ditames do discurso ideológico neoliberal, mas, principalmente, à sua readequação para o resgate da dívida social e para a retomada do crescimento. Assim sendo, seus dois principais alvos — a privatização e o funcionalismo público — devem ser repensados e passíveis de objetivação de metas. A privatização terá de seguir objetivos de política industrial e de substituição de antigos setores estratégicos — o aço ontem — por novos — por exemplo, as telecomunicações ou a microeletrônica básica, hoje —, de forma pura ou em cooperação com o setor privado.

A questão do funcionalismo público não pode ser tratada como o foi pelo atual governo [Collor — N.E.]. Não se pode, de imediato, promover a dispensa de centenas de milhares de empregados públicos, sob pena de se cometerem graves injustiças, irracionalidades e visíveis desequilíbrios entre os vários órgãos públicos. Um programa de diminuição empregatícia terá de ser escalonado, no mínimo, em cinco anos. Por outro lado, não basta a pura e simples dispensa. Há que promover uma profunda reciclagem profissional e até mesmo ética e política do funcionalismo, corroído que foi, no passado, pelo autoritarismo, corrupção e cooptação e, nos últimos anos, também pela inércia, pelo desmando e completa descaracterização da *coisa pública*. Não nos esqueçamos de que o autoritarismo e o populismo transformaram o Estado num grande cartório, incapaz, contudo, de atender à imensa gama de interesses privados ali apresentados.

Mas as reformas não podem se resumir apenas ao setor público, tendo em vista que os objetivos a serem alcançados contemplam também o setor privado, tanto o da produção quanto o social.

Assim, é imprescindível a elaboração de uma *reforma do sistema financeiro*, que crie condições seguras para transformar nossos mercados financeiros em verdadeiros mercados de capitais, capazes de prover o crédito de médio e longo prazo aos setores público e privado, levando-se em consideração especial as especificidades da agricultura e da habitação. É preciso conter o violento processo de redistribuição inversa da renda proporcionado pelo atual sistema financeiro.

É tal a complexidade envolvida neste tema, que não se pode, nestas curtas linhas, adiantar as hipóteses para seu enfrentamento, a não ser a de lembrar a necessidade da constituição de fundos públicos e privados de longo prazo, da reformulação do sistema de bancos, e do reexame da natureza e das condições de operação dos títulos públicos e privados.

Não é ocioso lembrar que esta reforma só alcançaria sucesso se as antes mencionadas também fossem exitosas. Ou seja, nenhuma reforma financeira seria bem-sucedida se as pressões das duas dívidas (nos mercados financeiro e cambial) não pudessem ser contidas e se não for restaurada a capacidade fiscal do Estado.

Há que se estimular também uma *reforma da empresa*, para ajustá-la ao esforço conjunto de estabilização, modernização e retomada do crescimento. Para tanto, é necessário estimular uma busca geral da eficiência e produtividade escalonada no tempo e no espaço nacional, com uma gestão profissionalizada e consciente do horizonte temporal necessário.

Tal como no setor público, há que restaurar o nível educacional e reciclar o nível técnico da força de trabalho, tanto para se tentar dar conta de antigos problemas de menor complexidade, como, e principalmente, para prepará-la para a modernidade. Não há empresa moderna sem uma força de trabalho moderna. Não há como incorporar — em escala ampliada — novas tecnologias e novos processos, sem que se conte com força de trabalho compatível para isso e para os requisitos de novas formas de gestão empresarial impostas pela Terceira Revolução Industrial.

Tal como a sociedade está exigindo uma transparência do setor público, não há como não recomendar maior transparência sobre o desempenho econômico das empresas. As formas atuais determinadas pelas normas legais — balanços, balancetes etc. — são insuficientes para se poder fazer comparações e confrontos sobre eficiência, produtividade, estrutura de custos etc. Como se verá, na parte final deste texto, esta maior transparência será necessária à melhor negociação entre o público e o privado e entre a empresa e seus trabalhadores. Afinal, só se tem cobrado a transparência notadamente sobre o trabalhador da empresa privada, pelo exame de seu cartão de ponto e de sua eficiência produtiva. Não é demais lembrar que a reestruturação do Estado terá também que buscar formas de dar maior transparência tanto para seus organismos e empresas como para o desempenho de sua força de trabalho.

A transparência da empresa, contudo, é hoje também deturpada pelas constantes mudanças nas formas e nos índices de indexação de sua contabilidade. É necessário, pois, fixar indicadores mais confiáveis para a aferição do movimento real dos negócios, e não, como se tem feito correntemente, apenas como mecanismo de cunho fiscalista.

Contudo, melhor eficiência e transparência serão peças necessárias mas não suficientes para enfrentarmos a nova Revolução Industrial: conglomeração bem estruturada e elevada concentração de capital são dois de seus mais marcantes traços, que fortaleceram sobremodo as atuais empresas líderes multinacionais, aumentando a sinergia interna de cada grupo, reestruturando as relações entre a grande e as pequenas e médias empresas, obrigando assim estas últimas a também passar por profundas reorganizações. Esta complexa questão, porém, envolve a necessidade de outra radical modificação na estrutura empresarial brasileira, que é a da convivência associativa entre a organização da produção e o capital financeiro.

Esse conjunto de profundas modificações no Estado e nos setores da produção terá que vir acompanhado de outro também concomitante, sobre a questão social — mais especificamente, sobre o combate à pobreza e à miséria.

Sugere-se, assim, uma *reforma agrária* que possa dar conta de parte do sofrimento social em que está incorrendo enorme parcela (cerca de 30 milhões de pessoas) da

população brasileira, e que permita também diminuir as pressões com que o grande êxodo rural de nosso país desbaratou nossa urbanização já sofrida e caótica. A abertura da Transamazônica constituiu a “estratégia” ideológica do regime autoritário para dar conta do excedente demográfico nordestino. Contudo, o ano de 1980, confrontado com o de 1970, mostrou que esse “escoadouro” para a Amazônia representou, em termos líquidos, apenas cerca de 600 mil imigrantes, ao mesmo tempo em que a economia do estado de São Paulo recebeu o ingresso líquido de 2,9 milhões de habitantes nacionais não paulistas. Apesar da indisponibilidade dos dados do censo demográfico decenal no momento em que concluo este texto, é pertinente estimar que o fluxo migratório (de mineiros e nordestinos, principalmente) em direção às grandes cidades continue. De fato, embora esta migração possa ter diminuído nos anos 80, não há nenhuma razão para que se espere uma nova diminuição nestes fluxos durante os anos 90. Desta forma, a situação das principais aglomerações urbanas tenderá a se tornar mais caótica ainda.

Há que se pensar, ainda, numa inovadora *reforma urbana*, que dê conta não apenas do flagrante problema habitacional — notadamente para a maior parcela da população de baixa renda —, mas também da forma pouco racional do uso do solo urbano, que constitui decisivo fator potencializador da especulação imobiliária, ao mesmo tempo em que onera cada vez mais os custos das obras e dos serviços públicos urbanos.

É quase ocioso dizer que a *Educação*, a *Saúde Pública* e a *Previdência Social* devem igualmente passar por radicais reformulações, seja como objetivo de justiça social imediato, seja como parte integrante de uma estratégia de crescimento e de emprego, pelas razões já apontadas neste texto.

Dado que este conjunto de reformas é extremamente pesado e que, para sua execução simultânea, supõe a existência de um Estado estruturante e de um Pacto Político sólido e nacionalmente estruturado, *tudo ao contrário do que existe hoje*, nas páginas seguintes desenhamos alguns caminhos estratégicos para romper o impasse atual.

3.2.2. Estratégias e políticas públicas

Tanto o desenho das reformas quanto o das políticas públicas deverão ter como reitor as diretrizes gerais emanadas da formulação de uma *estratégia sócio-econômica* para o país. É bom lembrar que a última feita para o Brasil — a despeito dos graves equívocos ali praticados — data de quase vinte anos passados. De lá para cá imperaram, infelizmente, as chamadas “políticas de curto prazo”.

A estratégia aqui pensada não se refere a uma tentativa urgente e precipitada de buscar outro caminho para o “Primeiro Mundo” e para a modernidade. Não poderia ser essa nossa intenção, porque sabemos, pelo exame da história, que um país de economia capitalista subdesenvolvida e retardatária como a nossa não tem condições de se engajar abruptamente na revolução industrial, na terceira, no caso presente, ao contrário do que afirmam os autores do discurso neoliberal.

A estratégia de uma alternativa *organizada e defensiva* só pode ser a “estratégia do possível”. Simplesmente porque as graves limitações objetivas com que nos defrontamos

são incontornáveis no curto e médio prazo, obrigando-nos, assim, a buscar um desenho de crescimento produtivo, de restauração da infra-estrutura deteriorada e principalmente de resgate social, que, sem colidir com os dois principais constrangimentos — a capacidade de pagamento em divisas e a do gasto público — possa maximizar o resultado.

A formulação da estratégia produtiva deveria passar necessariamente por uma proposição que se pautasse em negociações parciais de abertura e de ingressos de capitais internacionais, que garanta a manutenção de segmentos considerados prioritários em que se condicionaria sua futura abertura à possibilidade de modernizá-los de forma escalonada.

Em primeiro lugar, cabe lembrar que esse desenho teria como balizamento metas compatíveis e complementares em qualquer projeto de modernidade: tentar manter e/ou ampliar nossas exportações industriais, atualização tecnológica para enfrentar a concorrência internacional, melhorar a distribuição de renda e ampliar as bases do mercado interno.

Para isto, não se pode desenhar políticas econômicas de caráter generalizado. Antes, pelo contrário, há que setorializá-las, nacional e regionalmente, para construir um *mix* de estratégias e de políticas específicas que possam, num mesmo setor, atingir objetivos múltiplos e/ou diferenciados. Tais desenhos, conforme o caso, deverão ser especificados até mesmo por grupos de empresas.

Tomemos, por exemplo, na indústria têxtil, um segmento básico de sua produção, que tenha a ver muito mais com o consumo de massas de nossa população. Para este segmento, ter-se-ia que escalonar sua modernização, digamos, ao longo dos próximos cinco anos. Mas outro segmento, que tenha grande peso exportador de produtos têxteis, para os quais nós temos que manter competitividade internacional para podermos continuar exportando, deveria ser rapidamente modernizado, com uma política especial e diferenciada. A concessão do subsídio objetivado, durante um certo tempo, não deve ser motivo de escárnio ou “vergonha nacional”. Afinal, os países líderes e vários NIC asiáticos os utilizam frequentemente, porém com seriedade.

Como apontamos no tópico 2.1., é imensa a soma de recursos externos e internos necessários à simples remoção do atraso acumulado nesses dezesseis anos de redução do investimento.

Nossa *agropecuária* tem sido duramente afetada por uma desastrosa política de crédito que, no triênio 1988-90, proporcionou uma redução real no volume de crédito agrícola de cerca de 50% em relação à média de 1975-87. Isto e a nova política (neoliberal) de garantia de preços mínimos fez baixar a produção física, traduzida por um PIB agrícola em 1990 inferior em 22,7% em relação ao de 1986.

O *setor industrial*, por sua vez, requer investimentos reestruturantes para enfrentar seus principais problemas, que, resumidamente, são⁽¹¹⁾:

(11) Notas resumidas extraídas de SUZIGAN, W. “Situação atual da indústria brasileira e implicações para a política industrial”. In: *ABET — Anais: Modelos de organização industrial, política industrial e trabalho*. SP: ABET, abr. 1991, pp. 69-103. Para um exame detalhado destes problemas ver o trabalho coordenado por Luciano Coutinho: “Desenvolvimento Tecnológico da Indústria e a Constituição de um Sistema Nacional de Inovação no Brasil”, IPT/Fecamp, 1990.

1) siderurgia: baixo grau de automação; temor, a médio prazo, da competição com as novas ligas e aços especiais; os maiores problemas de atraso estão na laminação;

2) mecânica: o maior atraso é na produção de equipamentos pesados; problemas de escalas pequenas de produção; em máquinas-ferramentas o atraso é mais agudo nas pequenas e médias empresas;

3) automobilística: baixa produtividade e automação; reduzido uso de eletrônica embarcada; grande diversidade de modelos por planta;

4) autopeças: baixa automação, reduzido uso de novas tecnologias e baixo controle de qualidade;

5) complexo eletrônico: forte dependência tecnológica do exterior para componentes e equipamentos; altos preços e pequenas escalas; necessidade de reexame do parque eletrônico da Zona Franca de Manaus;

6) petroquímica: alta dependência tecnológica do exterior; baixa automação e uso de informática; menor escala das plantas;

7) papel e celulose: é um dos setores em melhor situação tecnológica, porém, a informatização e novos processos produtivos estão sendo introduzidos em outros países;

8) farmacêutica: excessivo número de produtos; baixa tecnologia; altas importações de princípios ativos (fármacos); baixo P&D; alta dependência tecnológica do exterior;

9) têxtil e confecções: atraso tecnológico geral salvo em algumas das empresas líderes;

10) couro e calçados: má qualidade e mau beneficiamento do couro; baixo uso de novas tecnologias⁽¹²⁾.

Acrescente-se, a título de lembrança, que tais esforços de modernização permanente dificilmente serão alcançados sem que se reformule e revigore a *Política de Ciência e Tecnologia*.

A recuperação da *infra-estrutura* deve ser buscada com projetos parciais, de mais fácil financiamento e orientados para tentar maximizar a convergência de interesses específicos com a produtividade global. O já comentado volume necessário de recursos aponta, claramente, que os problemas deste setor não podem ser enfrentados como um todo.

Há muito o que fazer, tanto em termos de uma “simples” recuperação do que deixou de ser feito, quanto em termos de atualização tecnológica propriamente dita. Não é ocioso lembrar que o atraso absoluto e relativo neste setor constitui sério entrave ao avanço da modernização dos setores produtivos. Apontemos, resumidamente, os principais itens a serem enfatizados:

- modernização da infra-estrutura portuária;
- atualização das redes de transmissão de energia elétrica e de seus equipamentos de funcionamento e controle;

(12) A esse resumo, feito das obras citadas na nota anterior, podemos acrescentar a indústria do vestuário com grande atraso tecnológico e alguns segmentos da agro-indústria, que, embora relativamente modernos, são passíveis de introdução de algumas inovações já em uso em outros países.

- equacionamento do futuro desequilíbrio entre oferta e demanda de energia;
- expansão e modernização das telecomunicações;
- substancial modernização do parque ferroviário e necessidade de revisão dos aspectos regionais (linhas atuais e projetos em discussão);
- enfrentamento dos problemas da má qualidade do leito rodoviário nacional (em permanente deterioração) e da necessidade urgente de duplicação de alguns, em especial São Paulo—Belo Horizonte e São Paulo—Curitiba;
- urgente negociação com Argentina e Bolívia, para o equacionamento da questão do gás, como elemento fundamental numa futura matriz energética.

Quanto à *questão social*, a estratégia e as políticas deverão perseguir duplo objetivo: um qualitativo, expresso em termos de modernização/atualização e de maior atendimento à população; outro, quantitativo, dado que os chamados gastos sociais deverão ser considerados também como vetores do crescimento econômico. Expliquemos melhor este segundo objetivo.

Ocorre que qualquer cenário econômico para esta década, no Brasil, revelará estimativas de baixo crescimento do produto e do emprego, em face dos constrangimentos externos e internos já apontados. Isto é, não haverá divisas suficientes para dar conta de um hipotético programa de “modernização industrial massiva”. Mas, certamente, as reformas financeira e tributária poderão ser desenhadas, em parte, para organizar a formação de fundos específicos predominantemente constituídos em moeda nacional corrigida e maciçamente utilizadores de recursos internos, para a execução de grande parte dos investimentos sociais.

Assim, além de atender aos problemas sociais (saúde, nutrição, educação, habitação, transporte coletivo, meio ambiente etc.), a execução de suas metas gerará efeitos diretos e indiretos sobre a demanda de vários setores produtivos da indústria, ampliando, assim, as estreitas margens do crescimento industrial possível. Sem isto, teremos o “pior dos mundos”: crescimento industrial exíguo e perigoso comprometimento do nível de emprego, além do agravamento da já crítica situação social do país.

No que tange à questão do painel de instrumentos de política econômica, que é o outro lado desta questão, entendemos que, com a reforma tributária e financeira e mais uma profunda reformulação no quadro cambial e tarifário do país, se possa recompô-lo, com o que se poderia então administrar melhor a economia do país. Isto não deve ser entendido, de maneira alguma, como uma simples volta aos anos 40 ou 50, quando câmbio, tarifa e crédito subsidiado foram os instrumentos fundamentais com que se movia e se organizava a economia nacional. Deixemos absolutamente claro que as manipulações cambiais, tarifárias e creditícias deverão ser feitas de forma muito mais inteligente e adequada, para uma condução à futura modernidade produtiva e social do país.

Uma última advertência é necessária, tendo em vista uma possível retomada de crescimento e reações do setor empresarial em termos de seu ajuste de preços. Sabemos que a heterogeneidade estrutural do setor produtivo brasileiro — em especial o industrial — revela, para cada segmento produtivo específico, um verdadeiro “feixe” de curvas de custos médios unitários.

Tais curvas se diferenciam principalmente em razão dos seguintes pontos: tama-

nho da empresa, idade do equipamento, conhecimento tecnológico utilizado e organização empresarial. Normalmente, as pequenas empresas e as grandes mais antigas apresentam curvas de custo muito mais próximas do nível dos preços médios praticados no mercado; as mais novas, as líderes e, quase sempre, as de propriedade do capital forâneo apresentam curvas bem mais baixas, beneficiando-se assim de “sobrelucros”.

Assim sendo, sempre que se institui uma política de congelamento ou de controle de preços e/ou que busque a retomada do crescimento, as novas e líderes se valem das demais empresas, mantendo seus privilégios à custa destas e dos consumidores. Por isso é que, diante de uma recessão profunda e duradoura, com necessidade de concorrência de preços nos setores mais competitivos, são aquelas mais frágeis as que quebram.

Portanto, é quase impossível fazer uma política de preços, de aumento de competitividade e de produtividade, se não se conhecerem essas estruturas de custo. Para tanto, é necessário criar o já apontado (ver item 3.1.) processo mais transparente de demonstração de custos e de eficiência por parte das empresas, e não o tradicional uso de uma simples “planilha”. Com isso, acreditamos que as negociações Estado-empresas se dariam em bases mais sólidas e responsáveis.

Para concluir, não é demais lembrar a indiferença com que Estado e a maior parte de nossas elites se pautaram, ao longo de nossa história, em relação à miséria social do país. Ufanavam-se, até recentemente, de nossa 9ª colocação econômica no capitalismo mundial, mas tentavam ocultar nossa 51ª colocação mundial quanto ao bem-estar social.

É necessário dizer, ainda, que modernidade não é apenas a disseminação do acesso e do uso de um conjunto de coisas modernas, como a tv de alta definição (HD), o telefone celular ou a ignição eletrônica no automóvel. No caso do Brasil, há coisas muito antigas que, se possibilitado seu acesso e uso em grande escala à população, tornariam amplos segmentos populacionais também modernos: por exemplo, a erradicação do analfabetismo, de várias endemias muito conhecidas, da subnutrição, ou de “causas evitáveis” responsáveis por 2/3 da mortalidade infantil.

A construção deste cenário alternativo poderia parecer mais uma utopia. Contudo, as elites brasileiras precisam se conscientizar de que não estão apenas diante de mais *uma crise*; estão, na verdade, diante da mais profunda crise brasileira, e de que não há possibilidade de acomodação, como no passado, dado que, enquanto “paramos”, nesta última década, o mundo desenvolvido continuou sua marcha.

É preciso entender, por outro lado, que a questão do emprego, daqui por diante, não terá mais solução quantitativa na agropecuária nem na indústria nacional. Somente nos serviços — e nestes, substancialmente nos serviços sociais — poderá se fazer políticas de emprego, o que exigirá a aceitação de uma profunda reforma tributária, que possibilite a necessária distribuição de renda. Se as elites não entenderem a profundidade desta questão, estarão agudizando ainda mais nossa heterogeneidade social, levando a crise social brasileira a níveis obviamente insuportáveis.

Trata-se pois, não de uma utopia, mas sim de uma alternativa do possível e do necessário. Afinal, as lutas sociais no mundo e no Brasil já transformaram várias

“utopias” em conquistas reais para a humanidade, como a “insensatez” da abolição da escravidão, a educação básica obrigatória, o voto feminino, as férias e a jornada de 8 horas ao trabalhador, o salário mínimo etc.

Wilson Cano é professor do Instituto de Economia da Unicamp.

Resumo

A profundidade e complexidade da crise brasileira torna muito difícil o encontro de sua correta terapêutica. As reflexões deste artigo tentam caminhar justamente nesse sentido. Primeiro, buscando entender os obstáculos — e como os superamos — com os quais nos defrontamos em nossa inserção na primeira e na segunda Revolução Industrial. Em seguida evidencia os constrangimentos externos (acesso tecnológico, financiamento da dívida etc.) e internos (dívida pública, inflação, organização do Estado, consenso político etc.) que impedem o encaminhamento para aquela solução e para nossa inserção na Terceira Revolução Industrial. O artigo analisa ainda um conjunto de reformas estruturais profundas, bem como enuncia a inequívoca necessidade de um pacto político nacional, sem o qual não será possível encontrar o caminho de volta ao crescimento econômico e do resgate da imensa dívida social e econômica para com a nação brasileira.

Abstract

The depth and complexity of Brazilian crisis make it difficult to find the correct therapy. The reflections in this article are an attempt to find some remedy. First, by trying to identify the obstacles we faced in our insertion in the first and second Industrial Revolutions and how they have been overcome. Next, by specifying external (access to technology, financing, debt, etc.) as well as internal constraints (public debt, inflation, State organization, political consensus, etc.) which hinder the accomplishment of a solution to that crisis and our consequent insertion in the Third Industrial Revolution. It also analyses a combination of deep structural reforms and states the clear necessity of a national political agreement, without which it will not be possible to find the way back to economic growth and to pay back the immense social debt to Brazilian Nation.